



TESOURO NACIONAL

**RGF
2026**

2º
Quadrimestre

Brasília
Agosto de 2026

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal



Brasília, 28 de setembro de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o segundo quadrimestre de 2026, se encerra em 30 de setembro do exercício corrente.
5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade,

submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a agosto de 2026.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

DARIO CARNEVALI DURIGAN
Ministro da Fazenda

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

SUMÁRIO

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal, 5

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, 9

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 11

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito, 12

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, 13

Nota técnica – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 14

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														RS milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM
	LIQUIDADAS													
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.523.102	26.333.930	38.697.000	28.973.330	26.438.761	25.980.999	35.762.469	27.102.217	27.599.075	37.007.985	27.487.212	27.528.829	354.434.908	1.267.193
Pessoal Ativo	13.766.869	14.324.834	21.295.894	17.128.619	14.509.386	13.867.033	18.278.535	14.447.017	14.950.178	18.550.332	14.827.953	14.930.321	190.876.970	1.071.671
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.685.347	12.262.753	17.612.904	14.956.577	12.443.429	11.974.917	16.251.153	12.536.809	12.775.896	16.337.168	12.691.929	12.624.003	164.152.883	585.867
Obrigações Patronais	2.081.522	2.062.081	3.682.991	2.172.042	2.065.957	1.892.115	2.027.382	1.910.208	2.174.281	2.213.165	2.136.024	2.306.319	26.724.087	485.804
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.682.630	11.884.868	17.334.374	11.723.322	11.913.844	12.054.753	17.396.785	12.594.101	12.575.353	18.373.488	12.541.707	12.503.329	162.578.553	131.806
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.599.233	7.724.008	11.259.858	7.599.289	7.760.206	7.830.538	12.169.692	8.276.076	8.228.508	11.963.957	8.201.682	8.212.673	106.825.720	97.070
Pensões	4.083.397	4.160.860	6.074.516	4.124.033	4.153.638	4.224.214	5.227.092	4.318.025	4.346.845	6.409.530	4.340.025	4.290.656	55.752.832	34.736
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	73.603	124.229	66.731	121.389	15.531	59.214	87.149	61.099	73.544	84.165	117.552	95.179	979.385	63.716
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.721.983	3.654.909	4.286.586	3.051.004	3.080.710	4.601.869	13.783.302	4.935.790	4.847.909	5.172.195	3.117.650	2.381.886	55.635.793	186.043
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	46.583	37.151	33.710	54.598	15.859	68.558	379.431	78.246	45.618	52.257	74.183	81.404	967.599	2.762
Decorrentes de Decisão Judicial	400.536	380.134	335.256	291.277	93.836	280.242	9.345.780	309.669	376.979	301.297	274.466	285.944	12.675.415	147.375
Despesas de Exercícios Anteriores	89.541	740.662	69.691	70.477	126.184	62.468	49.612	50.779	58.900	75.268	54.987	31.313	1.479.882	11.547
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.185.323	2.496.963	3.847.930	2.634.652	2.844.831	4.190.600	4.008.479	4.497.097	4.366.412	4.743.373	2.714.014	1.983.224	40.512.898	24.359
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.801.118	22.679.021	34.410.414	25.922.326	23.358.052	21.379.130	21.979.167	22.166.427	22.751.166	31.835.790	24.369.562	25.146.943	298.799.115	1.081.150
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													1.619.262.389	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													299.880.265	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100														18,520%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9% ¹													613.700.445	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%													583.015.423	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 34,11%													552.330.401	34,110%
FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF														

¹ O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

- a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
- b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611/GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.
- d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.
- e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.
- f) Em conformidade com o parecer Sei nº 3974/2024/MF deixaram de ser computadas as despesas com a Rede Samh.
- g) Em 2025, a União alterou a classificação organizacional e programática das despesas de inativos e pensionistas civis dos ex-territórios do Amapá e Roraima. Os dados do Siafi conseguem segregar apenas as despesas com os inativos, pensionistas e reservistas militares dos ex-territórios.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ milhares	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ²														
	(Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM		
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	79.951	82.540	120.038	86.314	86.630	86.534	86.505	90.167	90.582	135.345	92.113	91.405	1.128.124	0	
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pessoal Inativo e Pensionistas	79.951	82.540	120.038	86.314	86.630	86.534	86.505	90.167	90.582	135.345	92.113	91.405	1.128.124	0	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	60.894	62.788	91.963	66.601	66.971	66.754	66.612	69.756	69.821	104.893	71.180	70.809	869.042	0	
Pensões	19.058	19.752	28.075	19.714	19.659	19.780	19.893	20.411	20.761	30.452	20.933	20.596	259.083	0	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	624	2.797	11.837	272	54.812	56.881	55.677	59.309	59.654	89.190	40.888	54.370	486.310	0	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	516	0	0	0	0	109	0	0	0	174	0	798	0	
Decorrentes de Decisão Judicial	40	39	39	39	0	0	0	0	0	0	0	0	162	0	
Despesas de Exercícios Anteriores	584	2.242	297	233	244	233	237	230	259	245	238	232	5.274	0	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	11.500	0	54.567	56.648	55.330	59.079	59.395	88.944	40.476	54.137	480.076	0	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	79.327	79.743	108.201	86.042	31.818	29.653	30.828	30.857	30.928	46.155	51.225	37.035	641.814	0	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)														1.619.262.389	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)														641.814	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100															0,040%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹														2.736.553	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%														2.599.726	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%														2.462.898	0,152%
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF															

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

² do valor apresentado em julho de 2025, parte se refere à reclassificação de despesas relativas aos meses anteriores, sendo o montante de R\$ 212.614 mil relativo ao 1º quadrimestre de 2025 (janeiro a abril) e o montante de R\$ 136.730 mil relativo aos meses de maio e junho de 2025.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ² (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS													
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	53.895	59.609	80.439	57.552	57.274	58.086	57.888	60.006	60.706	89.650	60.665	60.102	755.873	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	53.895	59.609	80.439	57.552	57.274	58.086	57.888	60.006	60.706	89.650	60.665	60.102	755.873	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	42.855	47.120	64.128	46.049	45.746	46.167	46.094	48.073	48.683	71.882	48.427	48.226	603.451	0
Pensões	11.040	12.490	16.311	11.503	11.528	11.918	11.794	11.933	12.023	17.767	12.238	11.876	152.422	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	123	6.288	1.874	86	29.746	29.961	29.820	31.865	32.435	49.219	16.431	5.524	233.374	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	400	0	0	0	0	0	0	496	0	0	0	896	0
Decorrentes de Decisão Judicial	80	80	80	80	36	40	43	40	40	40	32	32	622	0
Despesas de Exercícios Anteriores	43	5.809	18	6	0	217	69	24	12	0	148	15	6.360	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	1.775	0	29.710	29.705	29.708	31.801	31.888	49.179	16.251	5.478	225.496	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	53.772	53.321	78.565	57.466	27.527	28.124	28.068	28.142	28.271	40.431	44.234	54.578	522.498	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			1.619.262.389	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			522.498	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100				0,032%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001)¹			1.603.070	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%			1.522.916	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%			1.442.763	0,089%

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

² do valor apresentado em julho de 2025, parte se refere à reclassificação de despesas relativas aos meses anteriores, sendo o montante de R\$ 142.882 mil relativo ao 1º quadrimestre de 2025 (janeiro a abril) e o montante de R\$ 94.475 mil relativo aos meses de maio e junho de 2025.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS													
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.620.858	1.613.291	1.923.879	1.802.642	1.986.007	2.002.919	2.164.028	2.100.607	2.103.401	2.168.994	1.661.374	1.548.236	22.696.235	45.709
Pessoal Ativo	761.915	752.539	870.184	901.037	981.038	996.431	1.154.117	1.085.360	1.087.277	909.073	719.552	700.970	10.919.493	43.509
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	741.567	732.219	829.517	878.238	958.204	968.417	1.125.919	1.057.224	1.059.154	881.118	697.071	678.598	10.607.245	38.299
Obrigações Patronais	20.348	20.319	40.667	22.799	22.834	28.015	28.197	28.136	28.124	27.955	22.481	22.372	312.248	5.210
Pessoal Inativo e Pensionistas	858.943	860.752	1.053.695	901.604	1.004.969	1.006.488	1.009.911	1.015.247	1.016.124	1.259.921	941.822	847.266	11.776.742	2.200
Aposentadorias, Reserva e Reformas	751.490	754.288	912.934	796.630	881.051	880.042	884.396	888.302	888.970	1.092.532	820.696	749.811	10.301.142	1.786
Pensões	107.453	106.464	140.760	104.975	123.918	126.446	125.516	126.945	127.153	167.390	121.126	97.455	1.475.600	414
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	118.875	106.979	157.190	206.635	105.026	139.845	162.648	143.881	158.900	115.380	155.756	137.773	1.708.887	10.906
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	47.343	34.192	30.711	139.453	39.586	50.369	67.440	49.568	63.509	53.323	60.804	44.602	680.902	10.722
Decorrentes de Decisão Judicial	110	106	114	121	110	110	113	96	96	96	96	96	1.264	0
Despesas de Exercícios Anteriores	14	2.761	1.006	1.214	0	0	0	884	556	7	125	2.229	8.795	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	71.409	69.920	125.358	65.848	65.330	89.365	95.094	93.332	94.738	61.954	94.730	90.845	1.017.925	184
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.501.982	1.506.312	1.766.689	1.596.006	1.880.981	1.863.074	2.001.380	1.956.726	1.944.501	2.053.614	1.505.618	1.410.463	20.987.348	34.803

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			1.619.262.389	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13 do art. 166 da CF)				
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			21.022.151	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100				1,298%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)			35.623.773	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%			33.842.584	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,98%			32.061.395	1,980%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")	ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares	
		R\$ milhares	
		R\$ milhares	
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR*	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	11.545.342.915	11.768.605.485	12.264.073.857
Dívida Mobiliária	11.442.439.148	11.666.368.215	12.172.867.188
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019) ¹	0	0	0
Dívida Contratual	92.042.540	91.552.584	81.853.905
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	4.505.369	5.901.487	5.787.175
Demais	6.355.858	4.783.199	3.565.588
DEDUÇÕES (II)	3.522.327.985	3.408.447.521	3.439.125.913
Ativo Disponível	2.063.884.698	1.869.755.149	1.803.453.570
Haveres Financeiros	1.607.517.633	1.737.422.192	1.789.721.343
(-) Restos a Pagar Processados ²	-149.074.346	-198.729.820	-154.049.001
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	8.023.014.931	8.360.157.964	8.824.947.944
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.517.735.497	1.561.142.960	1.619.262.389
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	760,70%	753,85%	757,39%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	528,62%	535,52%	545,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < % > ³	-	-	-
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	2.445.059.576	2.393.257.116	2.382.888.082
RPPS Civil	1.485.945.534	1.486.564.821	1.486.564.821
Despesas Previdenciárias do FCDF	86.350.503	75.816.481	75.816.481
Militares Inativos ⁴	486.426.734	464.112.941	457.921.239
Pensões Militares	386.336.805	366.762.873	362.585.542

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

¹ "Em que pese o Manual de Demonstrativos Fiscais (STN, 2022, p. 593) preconizar que as obrigações decorrentes do relacionamento entre União e Banco Central do Brasil constituem Dívida Mobiliária, tal caracterização é constatada apenas se e quando ocorre a emissão efetiva de títulos públicos pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelece o § 5º do art. 4º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Enquanto não há a efetiva emissão, as obrigações em questão são apresentadas de maneira segregada à linha "Dívida Mobiliária."

² O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2024. Além disso, foram identificados valores de R\$ 6.690 mil executados na ação 00WU - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) no primeiro quadrimestre de 2026, que deveriam ter sido excluídos nessa linha. Tal ocorrência está sendo corrigida neste demonstrativo

³ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

⁴ Tendo em vista que o passivo atuarial dos militares inativos foram realizados em contas que compõem, também, as pensões militares, o passivo anterior de Militares Inativos foi repetido e excluído da linha Pensões Militares.

* Nota: O valor da coluna Saldo do Exercício anterior publicado no DOU difere do valor homologado no Siconfi devido aos registros efetuados no SIAFI após a publicação do Relatório, os quais promoveram atualizações das provisões atuariais do RPPS e do FCDF e retificações nos ajustes para perdas de dívidas de Entes da Federação consoante à CAPAG 2025, ambas em atendimento a apontamentos do TCU durante a auditoria financeira das do exercício de 2025.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR*	R\$ milhares	
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	11.545.342.915	11.768.605.485	12.264.073.857
Dívida Mobiliária	11.442.439.148	11.666.368.215	12.172.867.188
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	8.306.731.840	8.460.094.922	8.940.415.817
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-1.160.539	-1.157.863	-1.111.598
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	2.860.607.717	2.916.483.572	2.929.821.821
Dívida Securitizada	2.278.189	2.038.854	4.044.352
Dívida Mobiliária Externa	273.981.942	288.908.731	299.696.796
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019) ¹	0	0	0
Dívida Contratual	92.042.540	91.552.584	81.853.905
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	4.505.369	5.901.487	5.787.175
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	0	0	0
Outras Dívidas	6.355.858	4.783.199	3.565.588
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	6.355.858	4.783.199	3.565.588
Demais Dívidas	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	3.522.327.985	3.408.447.521	3.439.125.913
Ativo Disponível	2.063.884.698	1.869.755.149	1.803.453.570
Depósitos do TN no BCB	2.059.814.676	1.864.951.618	1.799.026.020
Depósitos à Vista	4.070.022	4.803.530	4.427.550
Arrecadação a Recolher	0	0	0
Haveres Financeiros	1.607.517.633	1.737.422.192	1.789.721.343
Aplicações Financeiras	714.800.437	894.522.615	912.042.805
Disponibilidades do FAT	543.464.878	557.854.983	566.753.027
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	171.335.559	336.667.632	345.289.778
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	794.074.853	749.522.935	771.078.215
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	547.641.656	236.710.234	98.193.286
Créditos da Lei nº 8.727/93	0	0	0
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	609.444	630.127	742.448
Demais Dívidas Renegociadas	341.935.111	663.633.829	824.271.055
Ajustes para Perdas*	-96.111.359	-151.451.254	-152.128.573
Demais Ativos Financeiros	98.642.342	93.376.641	106.600.323
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0
Outros Créditos Bancários	102.856.997	97.414.909	110.598.267
Ajustes para Perdas	-4.214.655	-4.038.267	-3.997.944
(-) Restos a Pagar Processados ²	-149.074.346	-198.729.820	-154.049.001
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	8.023.014.931	8.360.157.964	8.824.947.944
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.517.735.497	1.561.142.960	1.619.262.389
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	760,70%	753,85%	757,39%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	528,62%	535,52%	545,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < % > ³	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	2.445.059.576	2.393.257.116	2.382.888.082
RPPS Civil	1.485.945.534	1.486.564.821	1.486.564.821
Despesas Previdenciárias do FCDF	86.350.503	75.816.481	75.816.481
Millitares Inativos ⁴	486.426.734	464.112.941	457.921.239
Pensões Militares	386.336.805	366.762.873	362.585.542

FONTE: SLAFI - STN/CCONT/GEINF

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro NacionalRONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ milhares	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	230.986.804	229.707.760	240.566.632
Em Operações de Crédito Externas	122.269.622	113.043.185	118.040.562
Em Operações de Crédito Internas	108.717.182	116.664.575	122.526.071
AOS MUNICÍPIOS (II)	59.019.279	57.045.830	61.292.845
Em Operações de Crédito Externas	29.075.975	26.155.548	27.571.508
Em Operações de Crédito Internas	29.943.304	30.890.282	33.721.337
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	46.641.383	50.053.763	51.779.391
Em Operações de Crédito Externas	31.972.130	32.921.949	34.098.965
Em Operações de Crédito Internas	14.669.253	17.131.815	17.680.427
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) ⁽¹⁾	17.231.216	16.879.847	17.248.364
FGTS - BNDES ⁽²⁾	390.003	261.617	131.721
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	13.103.585	12.846.346	13.895.853
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	482.450	514.587	548.467
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.500.305	2.489.801	1.992.289
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 ⁽²⁾	754.873	767.495	680.034
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	353.878.682	353.687.201	370.887.232
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.517.735.497	1.561.142.960	1.619.262.389
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	23,32%	22,66%	22,90%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	910.641.298	936.685.776	971.557.433
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	819.577.168	843.017.198	874.401.690

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	230.986.804	229.707.760	240.566.632
Em Garantia às operações de Crédito Externas	122.269.622	113.043.185	118.040.562
Em Garantia às operações de Crédito Internas	108.717.182	116.664.575	122.526.071
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	59.019.279	57.045.830	61.292.845
Em Garantia às operações de Crédito Externas	29.075.975	26.155.548	27.571.508
Em Garantia às operações de Crédito Internas	29.943.304	30.890.282	33.721.337
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	12.457.391	12.230.369	12.750.644
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.778.296	9.598.143	10.159.628
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.679.095	2.632.226	2.591.016
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	302.463.474	298.983.960	314.610.121

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

¹⁾ A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por

²⁾ Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ milhares	
OPERACÕES DE CRÉDITO	VALOR		
	No 2º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
OPERACÕES DE CRÉDITO (I)	794.621.906	1.627.718.136	
Mobiliária	794.341.509	1.626.191.821	
Interna	794.341.509	1.573.790.504	
Refinanciamento	600.710.882	1.110.012.899	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)			
Outras Internas - Orçamentárias	193.630.628	463.777.604	
Outras Internas - Extraorçamentárias	0	0	
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008			
Aporte em Empresas			
Trocas e Demais Operações Internas	0	0	
Externa	0	52.401.317	
Refinanciamento	0	49.923.876	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	0	0	
Outras Operações Mobiliárias Externas	0	2.477.441	
Contratual	280.397	1.526.315	
Interna	0	0	
Abertura de Crédito	0	0	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	
Outras Operações Contratuais Internas	0	0	
Externa	280.397	1.526.315	
Abertura de Crédito - Orçamentárias	280.397	1.526.315	
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	0	0	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	
Outras Operações Contratuais Externas	0	0	
APURACÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	1.619.262.389	–	
OPERACÕES VEDADAS (II)	–	–	
OUTRAS OPERACÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	1.415.303.774	87,40%	
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ¹	1.415.303.774	87,40%	
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%	
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 ¹	0	0,00%	
Concessão de Garantias ²	0	0,00%	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III)	212.414.362	13,12%	
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERACÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS ³	971.557.433	60,00%	
OPERACÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERACÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–	

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de R\$ 17,01 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.

³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		R\$ milhares	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida		1.619.262.389	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO			
Despesa Total com Pessoal - DTP		299.880.265	18,520%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%		613.700.445	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%		583.015.423	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%		552.330.401	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ			
Despesa Total com Pessoal - DTP		641.814	0,040%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		2.736.553	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%		2.599.726	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%		2.462.898	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA			
Despesa Total com Pessoal - DTP		522.498	0,032%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		1.603.070	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%		1.522.916	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%		1.442.763	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP		21.022.151	1,298%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		35.623.773	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%		33.842.584	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%		32.061.395	1,980%
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		8.824.947.944	545,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores		370.887.232	22,90%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%		971.557.433	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)		212.414.362	13,12%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%		971.557.433	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

NOTA TÉCNICA SEI nº 6917/2026/MF, de 23/09/2026 – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “C” E ART. 40, § 1º.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2026, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 15ª edição, aprovado pela Portaria STN/MF nº 2.057, de 2025.

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	230.986.804,26	229.707.760,37	240.566.632,36	-
Em Operações de Crédito Externas	122.269.622,11	113.043.185,13	118.040.561,73	-
Em Operações de Crédito Internas	108.717.182,15	116.664.575,24	122.526.070,63	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	59.019.279,06	57.045.830,26	61.292.844,90	-
Em Operações de Crédito Externas	29.075.975,37	26.155.548,10	27.571.507,70	-
Em Operações de Crédito Internas	29.943.303,69	30.890.282,16	33.721.337,20	-
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	37.211.965,06	41.237.577,36	42.619.169,32	-
Em Operações de Crédito Externas	22.542.712,00	24.105.762,55	24.945.424,93	-
Em Operações de Crédito Internas	14.669.253,06	17.131.814,81	17.673.744,39	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	9.429.417,70	8.816.185,99	9.160.222,11	-
Em Operações de Crédito Externas	9.429.417,70	8.816.185,99	9.153.539,59	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	6.682,52	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	336.647.466,08	336.807.353,98	353.638.868,69	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	230.986.804,26	229.707.760,37	240.566.632,36	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	122.269.622,11	113.043.185,13	118.040.561,73	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	108.717.182,15	116.664.575,24	122.526.070,63	-
DOS MUNICÍPIOS (VII)	59.019.279,06	57.045.830,26	61.292.844,90	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	29.075.975,37	26.155.548,10	27.571.507,70	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	29.943.303,69	30.890.282,16	33.721.337,20	-
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	3.027.973,38	3.414.183,17	3.590.422,03	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	348.878,37	781.957,00	1.006.088,48	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.679.095,01	2.632.226,17	2.584.333,55	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	9.429.417,70	8.816.185,99	9.160.222,11	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.429.417,70	8.816.185,99	9.153.539,59	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	6.682,52	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	302.463.474,40	298.983.959,79	314.610.121,40	-

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2026 a 31/08/2026.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

a. Garantias concedidas em operações de crédito internas e externas para estados no Regime de Recuperação Fiscal – RRF:

- 2.1.7.7.1.05.01 para provisões de curto prazo;
- 2.2.7.7.1.05.01 para provisões de longo prazo.

b. Demais garantias:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas;
- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas;

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e
- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Conforme disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito compõem o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal e são classificados por tipo de mutuário (estados, municípios e entidades controladas) e por tipo de dívida (externa ou interna).

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/08/2026 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 2º Quadrimestre de 2026, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 353,64 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 179,71 bilhões, equivalente a 50,82% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 173,93 bilhões, 49,18% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou um aumento no valor de R\$ 16,83 bilhões (5,00%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se um aumento de R\$ 9,24 bilhões (5,61%) em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu um aumento de R\$ 7,59 bilhões (4,41%) durante o 2º Quadrimestre de 2026.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstas nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1

Valores em Reais 1,00

DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Externa				22.193.833.628,26	23.323.805.548,05	23.939.336.450,27	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				22.193.833.628,26	23.323.805.548,05	23.939.336.450,27	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1860/OC-BR	19/10/07	USD	1.000.000.000,00	687.800.000,00	467.681.250,00	485.775.000,00	0,00
BID2023/OC-BR	19/03/09	USD	1.000.000.000,00	1.220.778.124,99	1.046.381.250,01	1.046.381.249,98	0,00
BID2236/OC-BR	13/12/10	USD	1.000.000.000,00	1.638.000.000,02	1.638.000.000,01	1.474.199.999,99	0,00
BID3866/OC-BR	10/11/17	USD	750.000.000,00	3.340.742.857,02	2.939.710.714,16	3.053.442.857,01	0,00
BID4672/OC-BR	11/12/20	USD	750.000.000,00	4.126.800.000,00	3.647.913.750,00	3.789.045.000,00	0,00
BID5115/OC-BR	05/06/23	USD	750.000.000,00	4.126.800.000,00	3.741.450.000,00	3.886.200.000,00	0,00
NDB - 20BR04	06/12/2023	USD	1.200.000.000,00	2.657.659.200,00	2.409.493.800,00	2.502.712.800,00	0,00
NDB - 21BR02	06/12/2023	USD	500.000.000,00	1.657.598.000,00	1.502.815.750,00	1.560.957.000,00	0,00
FIDA2000003939	24/10/2023	USD	30.000.000,00	10.354.961,06	9.388.041,35	9.751.247,86	0,00
FIDA2000003940	24/10/2023	USD	65.000.000,00	31.124.485,17	28.218.160,57	29.309.870,67	0,00
BID5452/OC-BR	01/07/2025	USD	240.000.000,00	1.320.576.000,00	1.197.264.000,00	1.243.584.000,00	0,00
BID5453/TC-BR	01/07/2025	USD	10.000.000,00	-	-	-	0,00
JICA BZ-P21	23/06/2025	JPY	30.000.000.000,00	-	954.288.261,95	972.036.504,76	0,00
BID5976/OC-BR	10/11/2025	USD	750.000.000,00	1.375.600.000,00	3.741.200.570,00	3.885.940.920,00	0,00
Interna				11.990.158.042,80	14.499.588.639,28	15.089.410.838,98	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				11.990.158.042,80	14.499.588.639,28	15.089.410.838,98	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDDES - 2010578	14/04/10	R\$	5.916.460.013,00	419.904.170,10	403.207.673,30	0,00	0,00
BNDDES - 2010589	30/11/10	R\$	4.000.000.000,00	1.570.253.872,70	1.522.343.234,56	0,00	0,00
BB-ITAU-BRADESCO-SANTANDER-CAIXA - CORREIOS - 20251120	26/12/2025	BRL	12.000.000.000,00	10.000.000.000,00	12.574.037.731,42	0,00	0,00
TOTAL INTERNA E EXTERNA				34.183.991.671,06	37.823.394.187,33	0,00	0,00

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2026 são elencadas no Anexo III.

Fonte: PGFN-COF

AN O	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2026	BIRD9820-BR	BIRD	Est. Mato Grosso do Sul	17/04/26	USD	200.000.000,00	Programa de manutenção proativa, adequação a resiliência climática e segurança viária de rodovias do Estado de Mato Grosso do Sul (Rodar MS)
2026	FIDA2000005367	FIDA	Est. Ceará	05/05/26	EUR	8.000.000,00	Projeto Paulo Freire II
2026	NDB - 23BR02	NDB	Mun. Aparecida de Goiânia/GO	25/05/26	USD	80.000.000,00	Programa de Infraestrutura de Aparecida de Goiânia 100 Anos
2026	ICO - Ceará	ICO	Est. Ceará	17/06/26	EUR	92.000.000,00	Projeto Paulo Freire II
2026	BIRD9899-BR	BIRD	Est. Piauí	10/07/26	JPY	58.000.000.000,00	Projeto Piauí Sustentável e Desenvolvido - Piauí Futuro

2026	AFD CBR 1097 01V	AFD	Est. Piauí	20/07/26	EUR	39.000.000,00	Projeto Piauí Verde e Sustentável
2026	CFA012971	CAF	Mun. Fortaleza/CE	20/07/26	USD	150.000.000,00	Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza
2026	BIRD9850-BR	BIRD	CIPP-CE	29/07/26	USD	90.000.000,00	Programa de Transição Energética do Pecém
2026	BIRD7F7988-BR	BIRD	CIPP-CE	29/07/26	USD	33.500.000,00	Complemento ao Programa de Transição Energética do Pecém - Pecém Verde
2026	BID6048/OC-BR	BID	Est. Piauí	20/08/26	USD	50.000.000,00	Programa para a Transformação Digital do Piauí - Piauí Mais Digital
2026	BID5984/OC-BR	BID	Mun. São Paulo/SP	25/08/26	USD	205.300.000,00	Programa de Reestruturação e Qualificação da Rede Hospitalar e de Atenção Especializada de SP
2026	BID5989/OC-BR	BID	Mun. São Paulo/SP	25/08/26	USD	248.300.000,00	Programa de Redução de Emissões de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus de SP
2026	BIRD9821-BR	BIRD	Mun. São Paulo/SP	25/08/26	USD	248.300.000,00	Programa de Redução da Emissão de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Em milhões de R\$

Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	8.963,28	9.750,86	12.210,60	11.312,43	10.951,09	3.086,44	89.088,94
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	4.180,46	3.975,34	4.611,02	5.152,49	4.692,83	1.983,80	47.134,01
Minas Gerais	0,00	0,00	553,15	3.307,90	3.175,94	3.130,04	1.979,04	3.564,48	3.732,68	3.552,09	0,00	22.995,33
Goiás	0,00	0,00	33,59	770,15	553,18	1.301,48	1.288,31	919,35	903,10	888,06	0,00	6.657,21
Rio Grande do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	886,57	1.393,37	1.524,07	1.591,91	898,09	6.294,02
Maranhão	0,00	0,00	0,00	0,00	280,16	0,00	547,90	681,40	0,00	0,00	0,00	1.509,47
Pernambuco	0,00	0,00	0,00	0,00	354,85	0,00	443,86	645,03	0,00	0,00	0,00	1.443,73
Rio Grande do Norte	0,00	0,00	0,00	139,41	148,28	156,98	35,11	0,00	0,00	226,19	185,00	890,97
Piauí	0,00	0,00	126,95	0,00	62,25	0,00	352,16	334,22	0,00	0,00	0,00	875,58
Amapá	0,00	0,00	0,00	90,18	82,26	194,32	0,00	0,00	0,00	0,00	19,55	386,30
Alagoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,57	0,00	0,00	0,00	0,00	242,57
Bahia	0,00	0,00	0,00	0,00	239,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239,80
Roraima	27,42	41,89	64,00	0,00	2,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,58
Mato Grosso	107,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,13
Tocantins	0,00	0,00	0,00	0,00	88,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,86
Espírito Santo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61,72	0,00	0,00	0,00	61,72
Mato Grosso do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	25,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,60
Paraíba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65
São Paulo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29
Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,10
Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	32,06	80,81	142,14	130,47	48,00	566,50
Taubaté - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,06	65,50	73,44	64,73	29,23	264,97
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	0,00	4,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61,41
São Gonçalo do Amarante - RN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,95	29,76	13,11	50,82
Caucaia - CE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,93	0,00	0,00	35,93
São Bernardo do Campo - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	30,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,10
São José dos Campos - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,41	0,00	0,00	24,41
Sobral - CE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,70	0,00	19,70
Corumbá - MS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,07	0,00	0,00	0,00	15,07
Goiânia - GO	0,00	0,00	0,00	0,00	11,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,95
Parauapebas - PA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,64	0,00	9,64
Novo Hamburgo - RS	0,00	0,00	0,00	0,00	8,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,10
Belford Roxo - RJ	1,17	0,00	0,00	1,59	3,60	1,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,93
Iguatu - CE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,59	2,55	7,13
Chapécó - SC	2,27	0,00	0,00	0,00	3,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,03
Cachoeirinha - RS	1,45	0,00	0,00	1,83	2,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,82
Santanópolis - BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,24	0,41	0,87	0,56	2,08
Rio Grande - RS	0,00	0,00	0,00	0,00	1,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,68
Guanambi - BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,60	1,60
Paraná - TO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58	0,96	1,54
Porto Nacional - TO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,59	0,00	0,59

Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	8.964,84	9.782,93	12.291,41	11.454,57	11.081,56	3.134,44	89.655,44
--------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	------------------	-----------------	-----------------	------------------	------------------	------------------	-----------------	------------------

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT.

Os valores acima podem diferir do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.